



Ao Juízo da 3ª Vara Cível e Empresarial Regional de Maringá/PR

Incidente Processual n. 0030162-03.2023.8.16.0017

Recuperação Judicial n.º 0027761-31.2023.8.16.0017

Auxilia Consultores Ltda., representada por **Henrique Cavalheiro Ricci**, ambos já qualificados nos autos em epígrafe, respeitosamente, comparece perante Vossa Excelência, nos termos do art. 22, II, “c”, da Lei 11.101/2005, para apresentar o:

11º RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES

competência agosto-setembro de 2024

1 Dos pontos de atenção abordados nos últimos RMAs

Nos últimos RMAs apresentados levantamos alguns pontos de atenção, os quais foram recebendo o devido destaque, tanto no relatório quanto nas petições que os apresentaram. Talvez em virtude da alteração da competência jurisdicional da presente RJ, esses pontos ainda não foram apreciados, por conta disso, imediatamente após o protocolo da presente petição, relatórios e documentos, sinalizaremos à Secretaria a necessidade de imediata conclusão dos autos.

São situações que, embora até tenham sido objeto de esclarecimentos por parte das Devedoras, não nos pareceram suficientemente elucidadas e, dada a sensibilidade de alguns temas, entendemos por bem realizar o respectivo destaque, a fim de que o Juízo, o MP e a comunidade recuperacional como um todo fiquem cientes.

Além disso, importante deixar claro que, de início, não se está a tecer qualquer juízo de valor a respeito da lisura das práticas adotadas. Por ora, a intenção é a de que as questões sejam devidamente esclarecidas, para que, aí sim, em sendo o caso, se proponham as medidas competentes.





Para evitar repetições desnecessárias, abaixo apresentaremos apenas um pequeno resumo daquilo que está mais bem detalhado em cada um dos últimos RMAs (evs. 39, 44, 48 e no ora apresentado).

1.1 Destaque realizado no 8º RMA (ev. 39). Transação realizada entre Construserv, codevedores e Cresol. Situação que nos levou a realizar reparos ao quadro de credores, pois quatro operações existentes entre Cresol e Construserv foram novadas, com sub-rogação dos codevedores originários, sendo que a quinta operação existente é garantida por alienação fiduciária e vem sendo adimplida pelo sócio e devedor solidário. A Cresol, portanto, deixou de ser credora de quatro operações e, em relação à quinta, não renunciou à sua garantia fiduciária e que, por isso, não pode querer participar da AGC como se credora sujeita fosse. Quadro que foi ajustado para contemplar a sub-rogação dos codevedores e a exclusão da operação garantida por alienação fiduciária

No RMA do mês de maio/24 (ev. 39) fizemos uma análise pormenorizada de um acordo celebrado entre a Cresol e as pessoas de Tiago Martins Alcamim, Camila Martins Alcamim e Ananda Maria da Silva Alcamim (ev. 39.3), que teve por objeto cinco cédulas em que a Construserv e os demais figuravam como devedores. Representada no ato pelo seu advogado, a Construserv também firmou o instrumento, no entanto o fez apenas na condição de anuente.

Por meio da análise das quase 50 páginas do acordo, foi possível identificar que a Construserv foi liberada da dívida oriunda de quatro CCB's e que a outra CCB, liquidada parcialmente por este acordo, possui alienação fiduciária de um imóvel de propriedade do sócio Tiago Martins Alcamim, cujas garantias não nos havia sido informadas nem pela Devedora nem pela Cresol durante a fase de verificação de créditos.

O cenário, após a celebração do acordo, conforme exposto no RMA de maio/24, ficou da seguinte forma:





Nº DA CCB INCLUÍDA NA RENEGOCIAÇÃO	CONDIÇÃO DA CONSTRUSERV NA CCB	VALOR DO CRÉDITO NA RENEGOCIAÇÃO	VALOR DO CRÉDITO NA LISTA DE CREDORES DA AJ	SITUAÇÃO DA CCB APÓS RENEGOCIAÇÃO
1) 5001026-2023.013418-2	Devedora principal	R\$ 754.992,35	R\$ 764.218,19	CCB foi liquidada na renegociação, cujo saldo devedor foi incluído na CCB n. 5001026-2024.010594-1
2) 5001020-2022.003618-1	Devedora principal	R\$ 163.764,41	R\$ 151.407,05	CCB foi liquidada na renegociação, cujo saldo devedor foi incluído na CCB n. 5001026-2024.010594-1
3) 5001026-2022.014796-2	Devedora principal	R\$ 21.104,54	R\$ 61.689,39	CCB foi liquidada na renegociação, cujo saldo devedor foi incluído na CCB n. 5001026-2024.010594-1
4) 5001026-2022.029329-5	Devedora principal	R\$ 87.474,09	R\$ 711.707,18	Apenas parcelas n. 12, 13 e 14 liquidadas, cujo saldo devedor de tais parcelas foram incluídas na CCB n. 5001026-2024.010594-1. Constatou-se, ainda, a existência de alienação fiduciária de imóvel do sócio Tiago Martins Alcamim.
5) 5001026-2023.029599-1	Avalista	R\$ 134.470,96	não incluída/apresentada	CCB foi liquidada na renegociação, cujo saldo devedor foi incluído na CCB n. 5001026-2024.010594-1

Ou seja, a Cresol, antes titular de um crédito de R\$ 1.689.021,81 na RJ da Construserv, após o acordo celebrado com os devedores solidários Tiago, Camila e Ananda, passou a não mais ter crédito sujeito à presente RJ.

Como se observa pela tabela acima, das cinco CCB's existentes: (i) quatro foram liquidadas (CCB's 1, 2, 3 e 5 cf. a tabela), tendo sido constituída uma **nova** operação (da qual, inclusive, a Construserv não faz parte), com data de vencimento da primeira parcela para 15/02/2028; e (ii) uma possui garantia de alienação fiduciária de imóvel de propriedade do sócio Tiago Martins Alcamim (CCB n. 4 cf. a tabela).





Por conta disso, respondemos negativamente ao requerimento de acesso e participação na AGC, convocada para os dias 14 e 28 de novembro, em 1ª e 2ª convocações, respectivamente, que a Cresol nos fez por e-mail (cf. anexo).

Reconhecendo a severidade que é negar o acesso de alguém a uma AGC, entendemos importante apresentarmos alguns esclarecimentos adicionais.

Por mais que na página 40, item 10, do acordo (ev. 39.3), tenha sido feita menção a inexistência de novação, não foi o que de fato e de direito ocorreu, pois o acordo, de forma expressa, fez previsão (item 4, da página 8) de que estaria ocorrendo a **liquidação** das quatro operações acima mencionadas:

4. O Executados/embargantes ao reconhecerem a impossibilidade de pagar à vista os créditos descritos no item 01, 02 e 03, que totalizam o valor de R\$ 1.291.480,53, propuseram, e, a exequente, por mera liberalidade, visando a satisfação dos créditos citados, aceitou flexibilizar o disposto na cláusula que prevê o vencimento antecipado do título de crédito, para recebê-los nos termos abaixo:

4.1. R\$ 1.277.000,00 (um milhão, duzentos e setenta e sete mil reais) será parcelado em 60 (sessenta) meses/parcelas, iguais e consecutivas, cada uma no valor de R\$ 37.484,02 (trinta e sete mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e dois centavos), **vencendo-se a primeira no dia 15.02.2028 e a última no dia 15.01.2033**, já acrescidos de juros remuneratórios no valor correspondente a 0,75% a.m., valor este que servirá para liquidação das parcelas **vencidas** de nº 12, 13 e 14 da Cédula de Crédito Bancário nº 5001026-2022.029329-5, descrita no item 2, "d", sendo que as demais parcelas permanecerão **inalteradas**, conforme cronograma descrito na própria Cédula de Crédito Bancário, **bem como liquidação das cédulas de crédito** 5001026-2023.013418-2, 5001026-2022.003618-1, 5001026-2022.014796-2 e 5001026-2022.29599-1.

Para tanto, se constituiu uma **nova** operação, a CCB 5001026-2024.010594-1, que foi praticamente reproduzida no item 4,2, das páginas 8/11):





4.2. A repactuação referida no item 4.1 se faz, de forma complementar, pelo presente acordo judicial, bem como pela emissão de **nova** Cédula de Crédito

Página 8 de 47
ACORDO JUDICIAL NA EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 0020661-25.2023.8.16.0017 e Embargos à Execução 0029021-46.2023.8.16.0017 DAS 03ª VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE MARINGÁ/PR.

Celebrado por e entre a Exequirente/Embargada CRESOL TRADIÇÃO (CNPJ 04.350.225/0001-29) e os Executados/Embargantes/Embargantes (i) TIAGO MARTINS ALCAMIM (CPF 010.251.859-94), (ii) CAMILA MARTINS ALCAMIM (CPF 047.102.699-98) e (iii) ANANDA MARIA DA SILVA ALCAMIM (CPF 734.266.44134)

Data da assinatura: 21 de março de 2024.

RUBRICAS			
CRESOL	TIAGO	CAMILA	ANANDA

Página 8 de 47

Processo: 0030162-03.2023.8.16.0017 - Ref. mov. 39.3 - Assinado digitalmente por Henrique Cavalheiro Ricci
JUNTADA DE PETIÇÃO DE COMPROVANTE E/OU DOCUMENTO DA PARTE. Arq: acordo

Processo: 0020661-25.2023.8.16.0017 - Ref. mov. 86.1 - Assinado digitalmente por Rafael Martins Bordinhao
JUNTADA DE PETIÇÃO DE COMUNICAÇÃO DE ACORDO. Arq: Petição

Bancária, com nº 5001026-2024.010594-1, conforme quadro resumo descrito abaixo, sendo que os dois documentos (o presente acordo judicial e a CCB 5001026-2024.006531-9) constituem um único acordo:

Ou seja, por mais que o acordo negue a ocorrência de novação, o que ele fez foi justamente o oposto, na medida em que extinguiu quatro operações e criou uma **nova** cédula no lugar desta. Trata-se, em verdade, de um didático e manifesto exemplo de novação. E para isso ficar ainda mais evidente, destaca-se que **a Construserv nem sequer participa dessa nova cédula firmada**, de maneira que ela restou expressamente desonerada quanto as dívidas liquidadas com a constituição da nova cédula. **Não seria legítimo, portanto, permitir a participação da Cooperativa no conclave por um crédito que ela própria desonerou a Construserv.**





Além disso, quando acessamos os extratos bancários pudemos perceber que, na prática, isso tudo que foi acima narrado ocorreu. Ou seja, a Cooperativa debitou todas as parcelas vencidas e vincendas das quatro operações e creditou, no mesmo momento, o valor da **nova** cédula firmada.

A nós, portanto, ficou claramente demonstrada a ocorrência de novação, com a sub-rogação dos codevedores – os quais, por evidente impedimento, não poderão participar da AGC com direito a voto, por mais que devam constar na relação de credores.

Diferentemente das quatro cédulas acima mencionadas, a **CCB 5001026-2022.029329-5** não foi novada pelo acordo, no entanto, mesmo quanto a ela, não nos parece correto permitir que a Cresol participe da AGC como se credora sujeita fosse.

Isso porque, o crédito em questão é garantido por alienação fiduciária de imóvel prestado pelo sócio Tiago (aliás, segundo o que nos foi informado, é o imóvel que lhe serve de residência). E mais, referida cédula vem sendo pontualmente adimplida pelo devedor solidário.

Note que não estamos diante da situação na qual a cooperativa tenha garantia fiduciária, mas que, eventualmente, a sua posição como credora (sujeita ou não) esteja *sub judice*, e que, por estar ela arrolado na lista do administrador judicial, acabe participando da AGC. Aliás, nós não desconhecemos a existência de julgados garantido o voto em situações assim e, em nossa visão, nem poderia ser diferente, já que, a depender do resultado da impugnação de crédito, a instituição financeira poderia, eventualmente, vir a se submeter ao plano (fazendo sentido, portanto, permitir que ela vote em AGC).

A situação do caso é bem diferente, pois a Cresol somente está relacionada porque, ao tempo da verificação dos créditos, não nos foi apresentado o instrumento de garantia, caso contrário ela teria sido excluída.

No entanto, embora a Cresol esteja relacionada, ela vem exercendo o direito decorrente de sua posição de credora com alienação fiduciária, na medida em que, em virtude da





coação exercida pela garantia (e que é absolutamente legítima, diga-se), tem ela recebido as parcelas.

Não parece adequada a posição de gozar dos benefícios da alienação fiduciária e, mesmo assim, pretender votar em AGC. De duas, uma: ou a Cooperativa renuncia à garantia e se torna, de fato e de direito, credora quirografária (com os direitos e deveres daí decorrentes), ou segue exercendo sua posição de proprietária fiduciária, mas sem participação em AGC, neste caso.

Por conta desses fundamentos é que negamos o acesso da Cresol à AGC e, também por conta deles, realizamos as retificações necessárias na relação que baseará a AGC, efetuando a troca de posição da Cresol pelos sub-rogados¹ e excluindo da relação o crédito garantido por alienação fiduciária (com a inclusão do sub-rogado na medida em que os pagamentos forem ocorrendo). Por óbvio, os sub-rogados, embora relacionados, não poderão votar em AGC por conta do impedimento legal.

1.2 Destaques realizados no 9º, no 10º (evs. 44 e 48) e no RMA ora apresentado.

Inconsistência contábil e saídas de caixa a pessoas relacionadas ao sócio da Devedora

Nos RMAs de junho e julho de 2024 (evs. 44 e 48), destacamos aquilo que nos parecem ser inconsistências contábeis referentes ao lançamento das transferências feitas pelo Tiago Alcamin à Construserv, como reembolso do pagamento das parcelas da CCB 5001026-2022.029329-5, cujo ônus financeiro, em tese, vem sendo suportado pelo sócio, mas cujas parcelas têm caído na conta da Construserv.

Cada parcela que Tiago efetua o pagamento, implica em uma redução no passivo referente à operação 5001026-2022.029329-5, ou seja, em tese, a contabilidade deveria demonstrar, a cada pagamento, que o passivo referente à operação em questão vem sendo reduzido.

¹ Em relação às CCBs 5001026-2023.013418-2, 5001020-2022.003618-1 e 5001026-2022.014796-2.





No entanto, essa contrapartida contábil não vem sendo realizada, de modo que, contabilmente falando, tem ocorrido o aumento do endividamento da Devedora (o que não é verdade, ao menos em relação à referida operação).

Além disso, destacamos também algumas saídas de caixa identificadas a pessoas que possuem relação com o sócio da Devedora, em relação às quais, em nossa visão, são necessários maiores esclarecimentos.

2 Requerimentos e considerações finais

Diante do que narramos no item 1.1 acima e no RMA do ev. 39.2, requeremos a intimação da Construserv e da Cresol (a qual encontra-se representada por advogado nos autos principais) para que, querendo, manifestem-se sobre os apontamentos, assim como as retificações realizadas na relação de credores, como também para que a Cooperativa informe a análise feita sobre a capacidade de pagamento do sócio Tiago, para arcar com as parcelas da cédula 5001026-2022.029329-5 e da nova operação firmada por ocasião do acordo.

Além disso, levando em conta as informações apresentadas e mais bem detalhadas neste e nos últimos RMAs, em respeito ao princípio do contraditório, requeremos a intimação da Construserv para:

- (i) Manifestar-se a respeito dos lançamentos contábeis a título de empréstimos referente ao pagamento das parcelas da CCB 5001026- 2022.029329-5, feito pelo sr. Tiago por meio de depósitos bancários na conta corrente da Construserv e por qual motivo não houve redução do passivo em relação ao crédito renegociado com a Cresol;
- (ii) Manifestar-se sobre os pagamentos mensais feitos à Alcamim Engenharia Ltda., apresentando os documentos necessários que justifiquem a quantia de R\$ 40.000,00 a título de contraprestação à Sra. **Camila** Martins Alcamim;
- (iii) Manifestar-se sobre a transferências destinada a Sra. **Ananda**, que, aparentemente, configuram pagamentos de créditos sujeitos à recuperação





judicial, conforme apontado no item "b" do tópico VI do RMA de julho/24 (ev. 48.2);

- (iv) Manifestar-se sobre a conta contábil de empréstimo que a Sra. **Edna** figurava como Credora, a qual foi baixada em janeiro/24, sem a devida contrapartida financeira pela Devedora, bem como manifestar-se sobre os pagamentos recorrentes de R\$ 4.000,00 destinados a Edna, conforme apontado no item "b" do tópico VI do RMA de julho/24 (ev. 48.2).

Prestados os esclarecimentos, pugnamos pela remessa ao Ministério Público e, após, que nos seja concedida vista.

Por fim, destacamos que as informações contidas no presente relatório têm como base os documentos contábeis, bem como as contas demonstrativas mensais fornecidas pela Devedora, nos termos que dispõe o art. 52, IV, da Lei 11.101/2005, as quais respondem por sua conformidade, sendo realçadas as principais variações julgadas relevantes por esta Administração Judicial, a fim de que Vossa Excelência e todos os demais interessados se inteirem a respeito das atividades desempenhadas pela devedora **Construserv Serviços Gerais Ltda.**

Sendo o que tinha a relatar para o momento, a Administração Judicial permanece à inteira disposição deste d. Juízo, bem como de todos os interessados.

Maringá/PR, 22 de outubro de 2024.

AUXILIA CONSULTORES LTDA.

Henrique Cavalheiro Ricci | OAB/PR 35.93



RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES

Competência: **agosto e setembro** | 2024

Referente ao processo de recuperação judicial n.º 0027761-31.2023.8.16.0017, ajuizado por **Construserv Serviços Gerais Ltda.**, em trâmite perante a 3ª Vara Cível e Empresarial Regional de Maringá, Estado do Paraná.



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJLP5 H5EVB 42UF9 Y7UZA

SUMÁRIO

I. ESCOPO DO PRESENTE TRABALHO	3
II. ESTRUTURA DA DEVEDORA E QUADRO DE COLABORADORES	3
III. COMPOSIÇÃO DO PASSIVO	5
IV. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS.....	5
V. DOS PONTOS DE ATENÇÃO DESTACADOS NOS ÚLTIMOS RMA`S QUE OCORRERAM NO MÊS EM ANÁLISE	7
a) <i>Do lançamento contábil referente as transferências feitas por Tiago Alcamin à Construserv para suposto pagamento das parcelas da CCB com a Cresol</i>	8
b) <i>Das transferências bancárias destinadas a pessoas que possuem relação direta com o sócio da Construserv</i>	10
c) <i>Requerimentos</i>	11
VI. INFORMAÇÕES E ANÁLISES CONTÁBEIS-FINANCEIRAS	13
VII. CRONOGRAMA PROCESSUAL.....	22
VIII. ENCERRAMENTO	24

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



I. ESCOPO DO PRESENTE TRABALHO

O presente documento diz respeito ao Relatório Mensal de Atividade, elaborado nos termos do art. 22, II, “c” e “h”, da Lei 11.101/2005, lastreado na documentação contábil e financeira fornecida pela devedora **Construserv Serviços Gerais Ltda.**, cuja atuação no mercado é voltada ao atendimento de usinas hidrelétricas situadas em todo o Brasil e consiste na elaboração de projetos de segurança para barragens, instalação de equipamentos de monitoramento e no acompanhamento destes equipamentos, a fim de prevenir situações de risco. Na sede da empresa, localizada na cidade de Maringá (PR), se constata atividade voltada à análise laboratorial e elaboração de laudos realizados a partir de amostras de materiais coletados nas regiões das usinas hidrelétricas.

II. ESTRUTURA DA DEVEDORA E QUADRO DE COLABORADORES

A estrutura societária e administrativa da Devedora, nos meses de agosto e setembro/24, é assim composta:

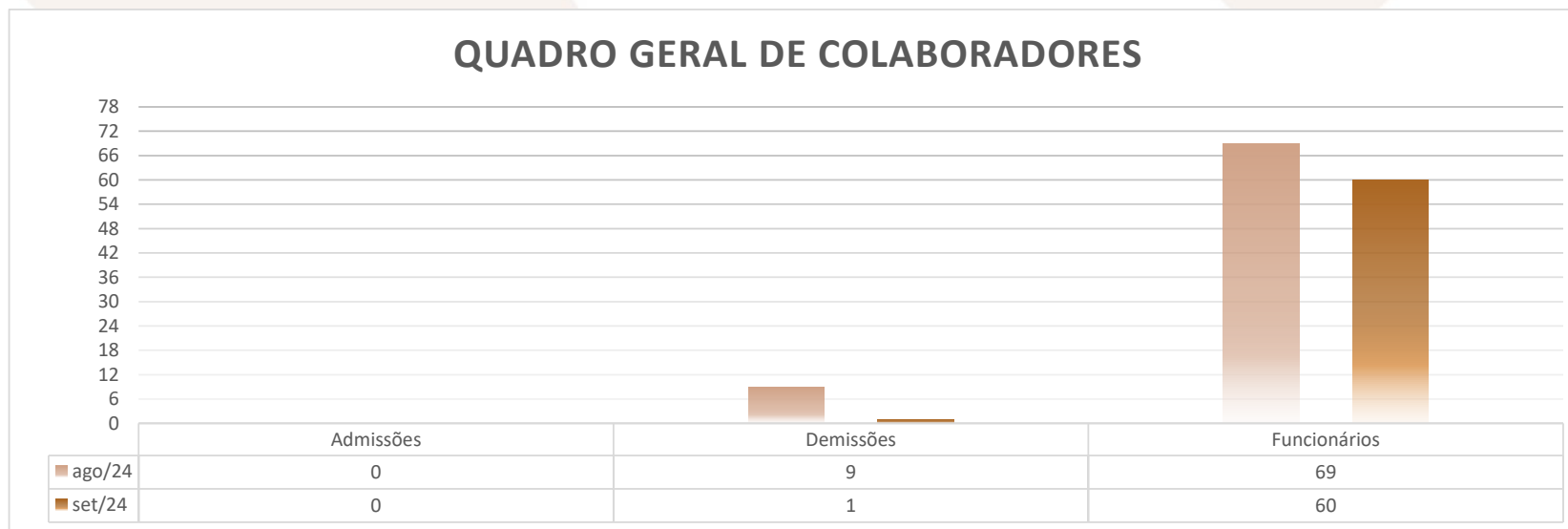
ENDEREÇO FORMAL	ADMINISTRADOR FORMAL	FILIAIS
Rua Erondino Antônio Pinhata, 1053, barracão 01, Maringá/PR	Tiago Marins Alcamim	Não

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



Com base nas informações prestadas pelo representante da Devedora, constatou-se que no mês de agosto houveram 9 demissões e no mês de setembro/2024 uma demissão. No período de referência não houveram novas contratações, contabilizando atualmente 60 funcionários em regime de CLT no quadro geral de colaboradores da Devedora.



Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



III. COMPOSIÇÃO DO PASSIVO

A situação do passivo ora apresentada decorre da verificação de crédito realizada pela Administração Judicial com fulcro no art. 7º, §2º da Lei 11.101/2005, cuja relação foi apresentada aos autos por meio do seq. 129. Desta feita, os valores e classificações identificados após análise documental e apreciação das habilitações e divergências apresentadas pelos Credores consistem em:

Natureza atribuída	Total por natureza atribuída
Classe I - Trabalhista	R\$ 391.994,25
Classe III - Quirografário	R\$ 6.992.575,73
Classe IV – ME e EPP	R\$ 1.173.501,92 U\$ 83.200,92

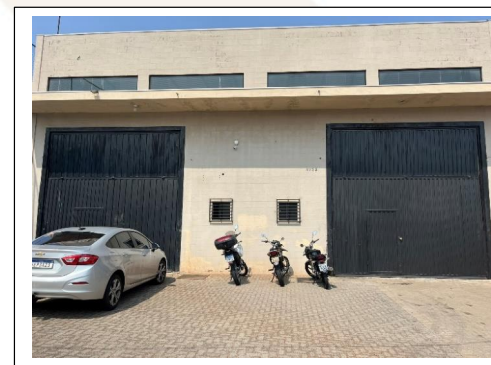
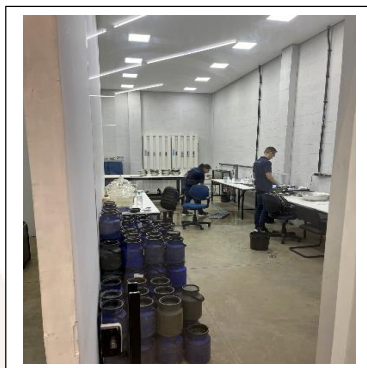
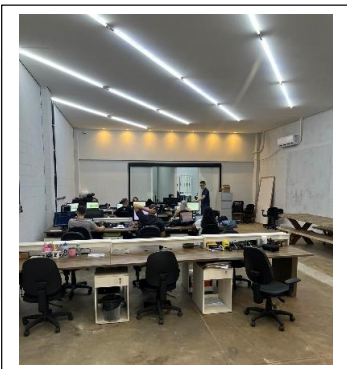
IV. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

Na data de 25 de setembro de 2024, a Administradora Judicial, por meio do profissional responsável *Henrique Cavaleiro Ricci*, visitou a sede da Devedora, sendo recebido pelo sócio Tiago Martins Alcamim, pela consultora Caroline Fabri Ruffini e pelo advogado André Lawal Casagrande.

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br





Na oportunidade, destacaram que no mês de setembro apresentaram faturamento expressivo, de aproximadamente 2,4 milhões, superando o faturamento de agosto, que ficou no patamar de R\$ R\$ 1.617.400,90. Tal aumento, segundo o sócio da Devedora, se deu em razão da finalização de algumas instalações anteriormente contratadas, cujo pagamento restou condicionado à finalização dos serviços. A fim de obter receitas mais recorrentes, disseram que estão em busca de contratos que lhe ofereçam mais previsibilidade e constância nos pagamentos, como, por exemplo, serviços de manutenção nas hidrelétricas.

A Devedora relatou, também, que seu custo médio é de R\$ 955.776,86 e suas despesas, na média, giram em torno de R\$ 845.786,11¹. Atualmente, sua capacidade de prestação de serviço é de atender até 195 estações telemétricas/hidrométricas (desconsiderando eventuais folgas, férias, afastamentos de colaboradores e outras eventualidades), porém, realizaram no mês de setembro 112 visitas às estações, em que pese o planejamento inicial para 151 visitas.

¹ Uma vez que a contabilidade da Devedora ainda não finalizou o fechamento das informações financeiras referente à competência de setembro, foram apresentadas apenas as médias operacionais à Administração Judicial.

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



Não foi possível o cumprimento de todas as visitas inicialmente planejadas em razão de três fatores: (i) das condições climáticas que obstruíram ou dificultaram a operação; (ii) pelo fato de que parte da frota de veículos da Devedora estava em manutenção e; (iii) pelo desfalque de mão-de-obra, decorrente das folgas, férias ou afastamentos de colaboradores, sendo necessário a realocação de equipes nos campos.

Por fim, relatou a Devedora que obtiveram CND estadual e que protocolaram requerimento de transação individual junto à receita federal, pelo qual aguardam respostas. Por sua vez, o pedido de parcelamento apresentado junto ao fisco municipal foi negado, e a equipe jurídica da Devedora estava analisando as medidas judiciais adequadas para a obtenção do parcelamento do débito.

V. DOS PONTOS DE ATENÇÃO DESTACADOS NOS ÚLTIMOS RMA'S QUE OCORRERAM NO MÊS EM ANÁLISE

No último relatório seguimos destacando dois pontos de atenção que pendem de esclarecimentos por parte da Devedora: **a.1)** os lançamentos contábeis das transferências bancárias do Sócio Tiago direcionadas à conta corrente de titularidade da Devedora junto a Cresol, correspondentes às parcelas atuais da Cédula de Crédito Bancário n. **5001026-2022.029329-5** sem a contrapartida financeira no passivo da Devedora, com a diminuição da dívida com a Cresol, ante ao pagamento dessas parcelas; e **a.2)** as transferências bancárias anteriormente identificadas como suspeitas e já relatadas nos relatórios mensais dos meses passados, cuja uma delas se repetiram no mês em análise, conforme detalhadamente apontado abaixo:

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



a) Do lançamento contábil referente as transferências feitas por Tiago Alcamin à Construserv para suposto pagamento das parcelas da CCB com a Cresol

A inconsistência no lançamento contábil das transferências realizadas pelo sócio Tiago (também codevedor na operação) a título de pagamento da CCB n. 5001026-2022.029329-5 segue ocorrendo, conforme apontado nos últimos relatórios.



Como já informado por esta Administração Judicial em outras oportunidades, a maneira pela qual as transferências estão sendo lançadas na contabilidade, indica que, ao invés de as parcelas estarem sendo liquidadas pelo codevedor Tiago, a responsável pelo pagamento é a própria Construserv por meio de um “empréstimo” concedido pelo sócio Tiago.

Essa inconsistência ocorre porque não há contrapartida financeira na conta contábil do passivo não circulante, reduzindo o valor devido à Cresol. Assim, isso faz parecer um “empréstimo” concedido ao sócio Tiago, acarretando em pagamento de crédito atualmente sujeito² aos efeitos da presente recuperação judicial, em desacordo ao princípio *par conditio creditorum*.

No mês em análise (agosto/24), como nos meses anteriores, o valor correspondente à parcela da operação consubstanciada na CCB n. 5001026-2022.029329-5, no valor de R\$ 25.480,83 (parcela n. 19), fora transferido à conta bancária da Devedora pelo codevedor Tiago:

² De acordo com o relatado no RMA de Maio/2024, quando esta AJ analisou o acordo de renegociação celebrado entre a Cresol e a Devedora, verificamos que a CCB n. 5001026-2022.029329-5 possui garantia de alienação fiduciária de um imóvel de propriedade do sócio Tiago. Essa garantia foi ocultada pela Devedora e pela Credora durante a fase de verificação de créditos, razão pela qual esta cédula foi relacionada ao valor do crédito listado em nome da Cresol. Contudo, pugnamos no RMA de Maio/24 que a lista seja retificada para excluir referida cédula do crédito de titularidade da Cresol.



20/08/2024		Saldo do Dia: + R\$ 288,04
	20/08/202	PGTO PARCELA EMPRESTIMO DEBITO AUTOMATICO 500102620220293295-20 - R\$ 25.653,28
	20/08/202	TED CRÉDITO 237 3475 01025185994 TIAGO MAR + R\$ 25.653,28

Contudo, como se observa abaixo, a contabilidade indica que essa transferência correspondeu a um “**empréstimo**” do sócio Tiago para a Construserv, sem que houvesse a redução da dívida com a Cresol na conta do ativo não circulante:

4910	S	2.1.02.001	EMPRÉSTIMOS PESSOAS		173.606,54	0,00	25.653,28	25.653,28	199.259,82
113		2.1.02.001.001	Empréstimos Pessoa Fisica	20/08/24	173.606,54	0,00	25.653,28	25.653,28	199.259,82
893210		2.2.01.004.003.001	Cooperativa de Credito,		155.096,23	0,00	0,00	0,00	155.096,23
893211		2.2.01.004.003.001	Cresol Tradição		1.689.021,81	0,00	0,00	0,00	1.689.021,81
893212		2.2.01.004.003.001	Dell Computadores do		15.994,41	0,00	0,00	0,00	15.994,41

Esta Administradora Judicial já apontou essa inconsistência contábil em mais de uma oportunidade à Devedora e, ainda assim, os lançamentos continuam sendo feitos da mesma forma, de uma maneira que, em nossa visão, atestam pagamentos de um crédito **atualmente sujeito**³ à RJ pela Devedora, em total desrespeito à norma de insolvência.

³ De acordo com o destaque feito na referência anterior.



Assim, reiteramos o requerimento do item (iii), “c”, do tópico VI do relatório de maio/24, para o fim de intimar a Devedora para se manifestar sobre os lançamentos contábeis a título de empréstimos referente ao pagamento das parcelas da CCB 5001026-2022.029329-5 feito pelo Tiago através de depósitos bancários na conta corrente da Construserv, sem a contrapartida de redução da dívida com a Cresol.

b) Das transferências bancárias destinadas a pessoas que possuem relação direta com o sócio da Construserv

Nos relatórios de abril e maio/24 foram destacados os pagamentos destinados para a pessoa jurídica de titularidade da Sra. Camila Alcamim (Verte Inovação), antiga sócia da Construserv. Nos últimos dois relatórios, destacamos pagamento realizado a uma outra pessoa jurídica ligada à Sra. Camila Martins Alcamim (Alcamim Engenharia Ltda.), bem como alguns pagamentos feitos a outras pessoas que possuem vínculo familiar com o sócio da Devedora, como a sua esposa, Sra. Ananda Maria da Silva Alcamim, e sua sogra, Sra. Edna Maria da Silva, pugnando, ao fim, pela intimação da Devedora para prestar esclarecimentos a respeito.

No mês de agosto/24 identificamos novo pagamento direcionado à Alcamim Engenharia Ltda., pelo mesmo valor de R\$ 40.000,00, conforme se depreende do documento contábil Razão - Fiscal da Devedora:

29/08/2024	PAGAMENTO DE NF 37	14	662583	Matriz	40.000,00	0,00C
	ALCAMIM					
	ENGENHARIA LTDA					
	ACOMPANHAMENTO					
	DE SERVIÇOS DE					
	ENGENHARIA					
	RESPONSÁVEL TÉCNICO					
	REFERENTE AGOSTO					
	2024 - NF 37					

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



Ao que tudo indica, trata-se de remuneração mensal aos serviços prestados pela Sra. Camila Martins Alcamim à Construserv, como engenheira responsável pelos projetos e análises técnicas da Devedora. Contudo, conforme levantado por esta Administração Judicial no último relatório, a quantia mensal paga é bastante elevada e chama atenção por diversos fatores, em especial ao compararmos a quantia paga a título de *pro labore* ao Sr. Tiago que, até abril deste ano era de R\$ 7.000,00, passando a receber R\$ 20.000,00 a partir de maio de 2024.

Por último, não se identificou novos pagamentos às pessoas de Ananda e Edna pela Devedora.

A Administradora Judicial reitera os requerimentos formulados nos últimos relatórios, para que a devedora preste os devidos esclarecimentos a respeito dos pagamentos identificados no mês anterior destinados a Ananda e Edna, bem como acerca dos pagamentos destinados à Alcamim Engenharia Ltda., conforme mencionado acima.

c) Requerimentos

Diante de todas essas informações e pontos de atenção destacados acima, em respeito ao princípio do contraditório, se requer a intimação da Devedora para prestar esclarecimentos e, com o retorno, sejam abertas novas vistas à Administração Judicial e ao Ministério Público para tomar ciência e manifestar-se sobre o que entender de direito.

Sendo assim, requer a intimação da Devedora, para:

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



- (i) Manifestar-se sobre os lançamentos contábeis a título de empréstimos referente ao pagamento das parcelas da CCB 5001026-2022.029329-5 feito pelo Sr. Tiago através de depósitos bancários na conta corrente da Construserv, dos quais não tem se abatido da dívida da Devedora junto à Cresol;
- (ii) Manifestar-se sobre os pagamentos mensais feitos à Alcamim Engenharia Ltda., apresentando os documentos necessários que justifiquem a quantia de R\$ 40.000,00 a título de “remuneração” à Sra. **Camila** Martins Alcamim;
- (iii) Manifestar-se sobre a transferências destinada a Sra. **Ananda**, que, aparentemente, configuram pagamentos de créditos sujeitos à recuperação judicial, conforme apontado no item “b” do tópico VI do RMA de julho/24;
- (iv) Manifestar-se sobre a conta contábil de empréstimo que a Sra. **Edna** figurava como Credora, a qual foi baixada em janeiro/24, sem a devida contrapartida financeira pela Devedora, bem como manifestar-se sobre os pagamentos recorrentes de R\$ 4.000,00 destinados a Edna, conforme apontado no item “b” do tópico VI do RMA de julho/24.

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



VI. INFORMAÇÕES E ANÁLISES CONTÁBEIS-FINANCEIRAS

Inicialmente, cumpre esclarecer que as informações ora relatadas foram fornecidas pelas Devedoras por meio da Escrituração Contábil, Contas e Demonstrativos Mensais, na forma do art. 52, IV, da LREF, respondendo estas por sua conformidade e genuinidade.

ATIVO: No que toca ao ativo da Devedora em análise, cujo saldo total no mês de agosto de 2024 foi de R\$ 20,60 milhões, a evolução entre os meses de maio, julho e agosto de 2024, pode ser melhor identificada na tabela abaixo, subdividida entre o (i) ativo circulante e o (ii) ativo não circulante:

BALANÇO PATRIMONIAL (Valores expresso em milhares de reais)	jun/24			jul/24			ago/24		
	R\$	AV	AH	R\$	AV	AH	R\$	AV	AH
ATIVO	20.623,19	100,0%	-13,8%	21.189,74	100,0%	2,7%	20.607,18	100,0%	-2,7%
ATIVO CIRCULANTE	17.260,67	83,7%	-15,9%	17.870,34	84,3%	3,5%	17.718,11	86,0%	-0,9%
Caixa e Equivalente de Caixa	582,85	2,8%	-22,4%	93,09	0,4%	-84,0%	503,09	2,4%	440,4%
Clientes (Duplicatas a Receber)	4.264,54	20,7%	-2,6%	5.313,69	25,1%	24,6%	4.691,11	22,8%	-11,7%
Outros Créditos	9.410,90	45,6%	0,6%	9.461,17	44,6%	0,5%	9.521,52	46,2%	0,6%
Despesas Antecipadas	3.002,39	14,6%	-50,3%	3.002,39	14,2%	0,0%	3.002,39	14,6%	0,0%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.362,52	16,3%	-1,3%	3.319,40	15,7%	-1,3%	2.889,08	14,0%	-13,0%
Outros Créditos	34,56	0,0%	0,0%	34,56	0,0%	0,0%	74,11	0,4%	114,4%
Investimentos	46,84	0,2%	0,0%	46,84	0,2%	0,0%	46,84	0,2%	0,0%
Imobilizados Operacionais	3.281,12	15,9%	-1,3%	3.238,00	15,3%	-1,3%	2.768,13	13,4%	-14,5%

Fonte: Balanços Patrimoniais e Balancetes de Verificação fornecidos pela Devedora

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

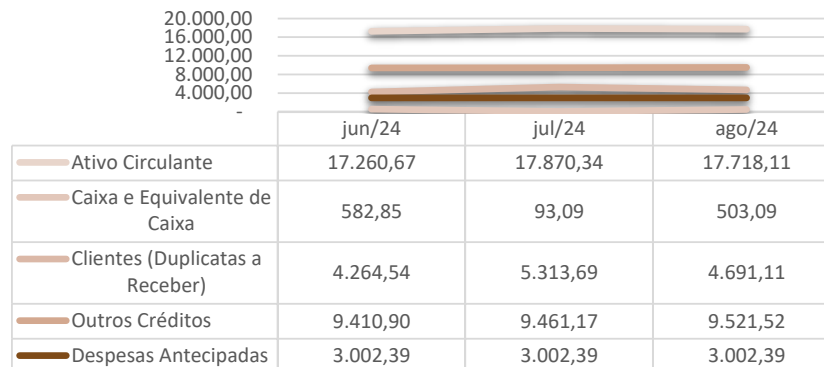
(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



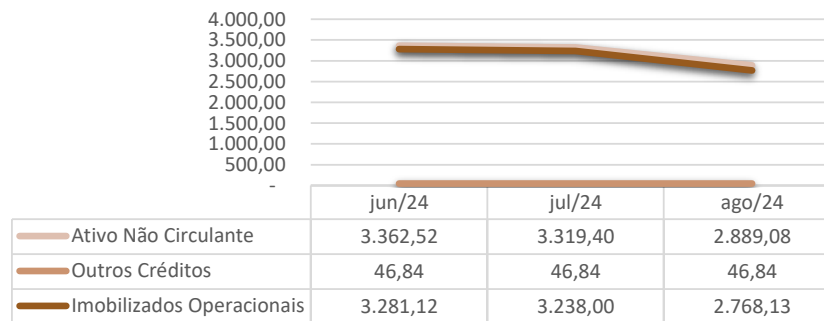
Graficamente, a evolução do (i) ativo circulante, cujo saldo total no mês de agosto de 2024 foi de R\$ 17,71 milhões, poderá ser melhor visualizada no esquema ao lado, o qual engloba as principais contas que o compõem, quais sejam: a) *Caixa e equivalentes de caixa*, onde estão relacionadas as contas correntes bancárias da Devedora e as aplicações financeiras; b) *Clientes*; c) *Outros créditos*; e, d) *Despesas Antecipadas*.

O (ii) ativo não circulante, que no mês de agosto de 2024 apresentou saldo total de R\$ 2,88 milhões, está composto pelo a) *imobilizado operacional*, representado por bens e direitos que a Devedora adquiriu para manter suas atividades; e, b) *Outros créditos*:

Evolução das Contas do Ativo Circulante



Evolução Contas do Ativo Não Circulante



Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



PASSIVO: No que toca ao passivo da Devedora em análise, cujo saldo total no mês de agosto de 2024 foi de R\$ 20,60 milhões, a evolução entre os meses de maio, julho e **agosto de 2024** pode ser melhor identificada na tabela abaixo, subdividida entre o (i) passivo circulante; (ii) passivo não circulante; e, (iii) patrimônio líquido:

BALANÇO PATRIMONIAL (Valores expresso em milhares de reais)	jun/24			jul/24			ago/24		
	R\$	AV	AH	R\$	AV	AH	R\$	AV	AH
PASSIVO	20.623,19	100,0%	-13,8%	21.189,74	100,0%	2,7%	20.607,18	100,0%	-2,7%
PASSIVO CIRCULANTE	10.695,81	51,9%	2,9%	11.070,82	52,2%	3,5%	10.514,06	51,0%	-5,0%
Empréstimos e Financiamentos	186,97	0,9%	18,2%	208,95	1,0%	11,8%	234,60	1,1%	12,3%
Fornecedores	5.939,45	28,8%	2,6%	6.163,02	29,1%	3,8%	5.469,76	26,5%	-11,2%
Obrigações Tributárias	1.797,22	8,7%	2,2%	1.890,55	8,9%	5,2%	1.951,78	9,5%	3,2%
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	1.463,09	7,1%	6,3%	1.488,00	7,0%	1,7%	1.536,82	7,5%	3,3%
Outras Obrigações	1.309,08	6,3%	0,0%	1.320,29	6,2%	0,9%	1.321,09	6,4%	0,1%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	12.843,10	62,3%	-20,1%	12.842,57	60,6%	0,0%	12.861,12	62,4%	0,1%
Empréstimos e Financiamentos	899,38	4,4%	20501,4%	898,85	4,2%	-0,1%	898,31	4,4%	-0,1%
Outras Obrigações	49,87	0,2%	0,0%	49,87	0,2%	0,0%	49,87	0,2%	0,0%
Obrigações Fiscais	2.884,32	14,0%	0,0%	2.884,32	13,6%	0,0%	2.884,32	14,0%	0,0%
Plano de Recuperação Judicial	9.009,53	43,7%	-31,4%	9.009,53	42,5%	0,0%	9.028,62	43,8%	0,2%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	- 2.915,72	-14,1%	14,8%	- 2.723,65	-12,9%	-6,6%	- 2.767,99	-13,4%	1,6%
Capital Social	500,00	2,4%	0,0%	500,00	2,4%	0,0%	500,00	2,4%	0,0%
Prejuízos Acumulados	- 3.415,72	-16,6%	12,4%	- 3.223,65	-15,2%	-5,6%	- 3.267,99	-15,9%	1,4%

Fonte: Balanços Patrimoniais e Balancetes de Verificação fornecidos pela Devedora

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



Graficamente, a evolução do (i) passivo circulante, cujo saldo total no mês de agosto de 2024 foi R\$ 10,51 milhões, poderá ser melhor visualizada no esquema ao lado, o qual engloba as principais contas que o compõem, quais sejam: a) *Empréstimos e financiamentos*; b) *Fornecedores*; c) *Obrigações fiscais*, representadas pelo débito tributário que a Devedora possui junto ao fisco Federal, Municipal e sindicatos; d) *Obrigações trabalhistas e previdenciárias* e; e) *Outras Obrigações*.

Evolução das Contas do Passivo Circulante



	jun/24	jul/24	ago/24
Passivo Circulante	10.695,81	11.070,82	10.514,06
Empréstimos e Financiamentos	186,97	208,95	234,60
Fornecedores	5.939,45	6.163,02	5.469,76
Obrigações Tributárias	1.797,22	1.890,55	1.951,78
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	1.463,09	1.488,00	1.536,82
Outras Obrigações	1.309,08	1.320,29	1.321,09

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



Ainda, o (ii) passivo não circulante, que no mês de agosto de 2024 apresentou saldo total de R\$ 12,84 milhões, composto pelas contas: a) *empréstimos e financiamentos*; b) *outras obrigações*; c) *obrigações fiscais* e; d) *plano de recuperação judicial*:

PASSIVO NÃO CIRCULANTE



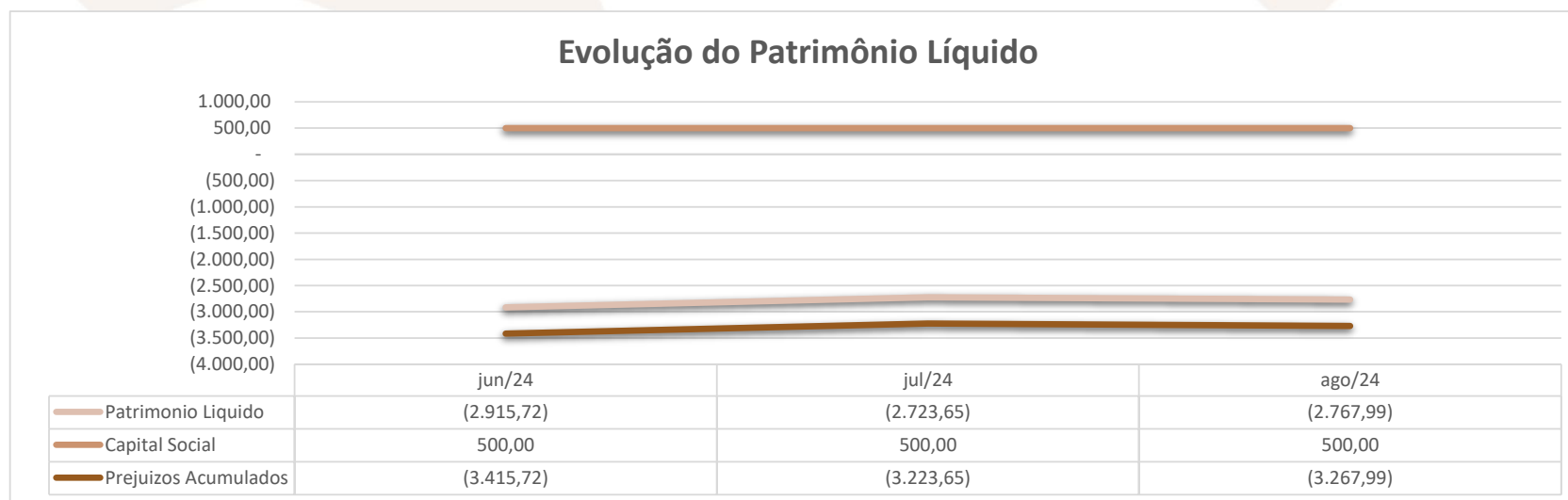
	jun/24	jul/24	ago/24
Passivo Não Circulante	12.843,10	12.842,57	12.861,12
Empréstimos e Financiamentos	899,38	898,85	898,31
Outras Obrigações	49,87	49,87	49,87
Obrigações Fiscais	2.884,32	2.884,32	2.884,32
Plano de Recuperação Judicial	9.009,53	9.009,53	9.028,62

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



Já o (iii) patrimônio líquido, que no mês de agosto de 2024 apresentou saldo total de R\$ 2,76 milhões negativo, está composto pelas contas:
a) *Capital social*, formada por recursos que os sócios cotistas integralizaram na empresa; e, b) *Lucro ou prejuízo acumulado*, representada pelos resultados que a Devedora vem apurando desde a sua constituição, descontados os lucros distribuídos. Veja-se o esquema abaixo:



Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO “DRE”: Quanto a “DRE” da Devedora em análise, formado por (i) receita operacional bruta; (ii) custos totais; e, (iii) lucro ou prejuízo do período, sua evolução entre os meses de maio, julho e **agosto de 2024** pode ser melhor identificada na tabela abaixo:

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO (Valores expresso em milhares de reais)	jun/24			jul/24			ago/24		
	R\$	AV	AH	R\$	AV	AH	R\$	AV	AH
Receita Operacional Bruta	1.630,88	100,0%	55,24%	1.818,52	100,0%	11,51%	1.617,40	100,0%	-11,06%
Deduções	-149,17	-9,1%	29,28%	-149,69	-8,2%	0,35%	-132,39	-8,2%	-11,56%
RECEITA LIQUIDA	1.481,71	90,9%	58,44%	1.668,83	91,8%	12,63%	1.485,01	91,8%	-11,01%
Custos dos Produtos e Mercadorias Vendidas	-979,53	-60,1%	3,59%	-618,66	-34,0%	-36,84%	-640,80	-39,6%	3,58%
RESULTADO BRUTO	502,18	30,8%	-4924,40%	1.050,16	57,7%	109,12%	844,22	52,2%	-19,61%
Despesas Operacionais	-975,12	-59,8%	12,41%	-858,08	-47,2%	-12,00%	-954,47	-59,0%	11,23%
Administrativas	-890,77	-54,6%	12,33%	-798,15	-43,9%	-10,40%	-853,20	-52,8%	6,90%
Tributárias	-0,30	0,0%	-97,71%	-0,69	0,0%	127,79%	-1,79	-0,1%	157,82%
Depreciação e Amortização	-43,12	-2,6%	-6,53%	-43,12	-2,4%	0,00%	-43,12	-2,7%	0,00%
Resultado Financeiro	-41,16	-2,5%	156,82%	-17,12	-0,9%	-58,39%	-57,36	-3,5%	234,95%
Resultado não operacional	0,23	-0,2%	-74,50%	1,00	-0,7%	327,08%	1,00	-0,8%	0,00%
RESULTADO ANTES IRPJ E CSLL	-472,94	-29,0%	-46,13%	192,08	10,6%	-140,61%	-110,25	-6,8%	-157,40%
Provisão CSLL	0,00	0,0%	0,00%	0,00	0,0%	0,00%	0,00	0,0%	0,00%
Provisão IRPJ	0,00	0,0%	0,00%	0,00	0,0%	0,00%	0,00	0,0%	0,00%
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-472,94	-29,0%	-46,13%	192,08	10,6%	-140,61%	-110,25	-6,8%	-157,40%
EBITDA	-388,66	-23,8%	-52,36%	252,32	13,9%	-164,92%	-9,77	-0,6%	-103,87%

Fonte: Balanços Patrimoniais e Balancetes de Verificação fornecidos pela Devedora

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br

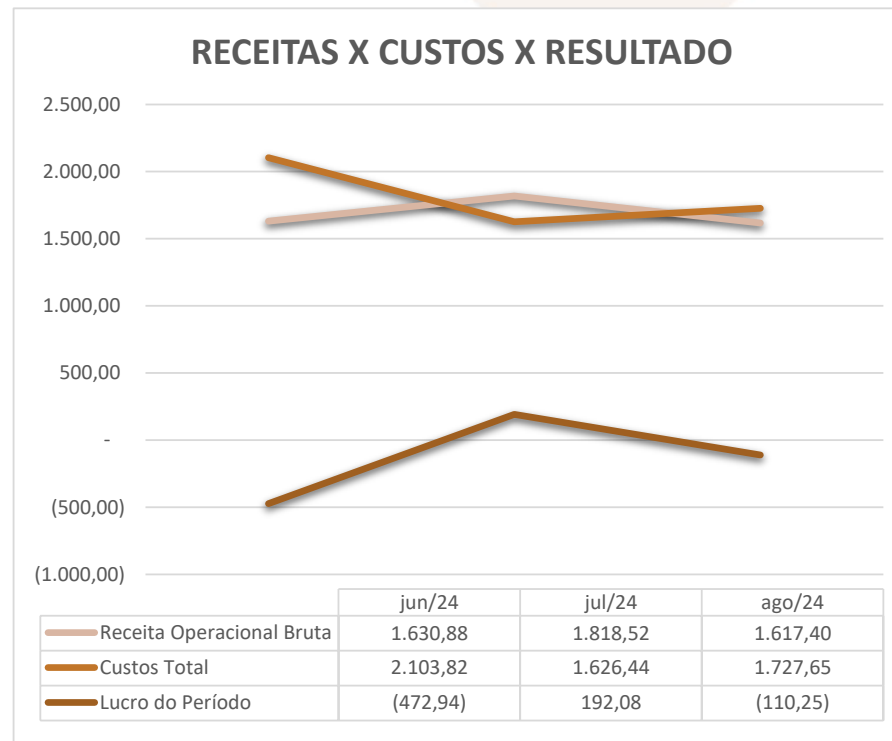


Para melhor exemplificar os saldos das contas que compõem o “DRE”, apresenta-se, abaixo, a evolução gráfica dos saldos nos meses de maio, julho e agosto de 2024:

(i) Receita operacional bruta: Referida conta representa todos os recursos provenientes do serviço prestado pela Devedora e, no mês de agosto/24, totalizou R\$ 1,61 milhão.

(ii) Custos totais: Trata-se da soma de todos os custos necessários para a geração da receita operacional bruta, nela são incluídos os materiais aplicados na prestação de serviços, impostos, despesas administrativas e tributárias, resultados financeiros e provisões para IRPJ e CSLL. No mês de agosto/24 o custo total foi de R\$ 1,72 milhão.

(iii) Prejuízo do período: Trata-se do resultado apurado em cada exercício, identificando-se no presente mês de competência que as receitas foram menores que os custos totais, acarretando em prejuízo. No mês de agosto/24 a Devedora apresentou lucro no valor R\$ 110,25 mil.



Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br

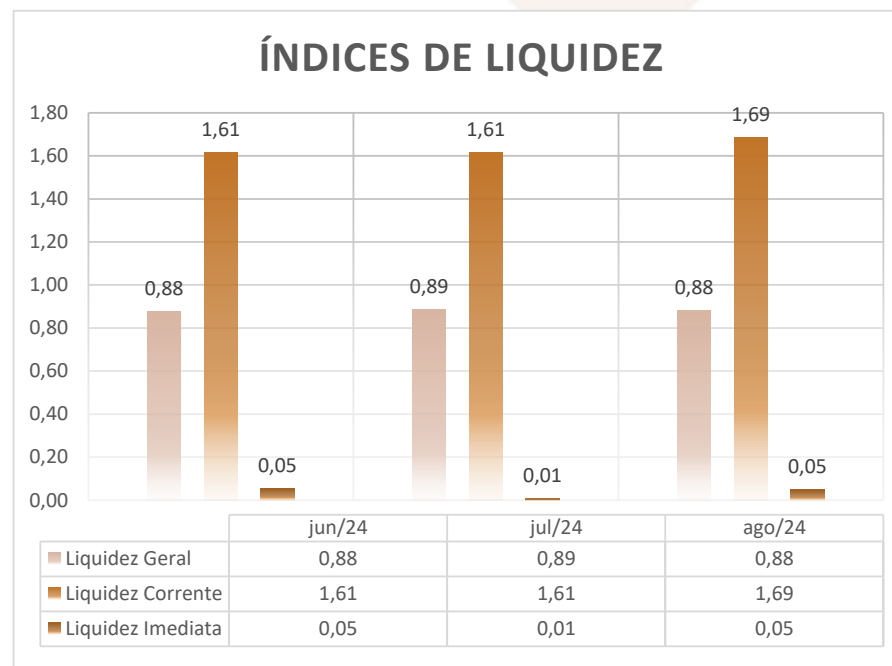


ÍNDICE DE LIQUIDEZ: No que se refere ao índice de liquidez da Devedora em análise, o qual corresponde a um indicador financeiro que revela o recurso disponível pela Devedora para quitar as obrigações com terceiros, nota-se que nos meses de maio, julho e agosto de 2024 foram apresentados os índices abaixo, subdivididos em (i) liquidez geral; (ii) liquidez corrente; e, (iii) liquidez imediata, conforme gráfico abaixo:

(i) Liquidez geral: 0,88 - é um indicador financeiro que demonstra a capacidade de pagamento da Devedora a longo prazo, assim, quanto maior for o índice de liquidez geral, melhor será a situação financeira da empresa.

(ii) Liquidez corrente: 1,69 - é um indicador financeiro que mostra a capacidade de uma empresa de quitar todas suas dívidas a curto prazo, ou seja, é a relação entre os valores previstos de entrada em caixa e também de saída, nesse caso, em um curto horizonte de tempo.

(iii) Liquidez imediata: 0,05 - é um indicador utilizado para mensurar a capacidade de uma empresa de arcar com as suas dívidas no momento imediato, ou seja, o capital disponível que pode ser utilizado imediatamente.

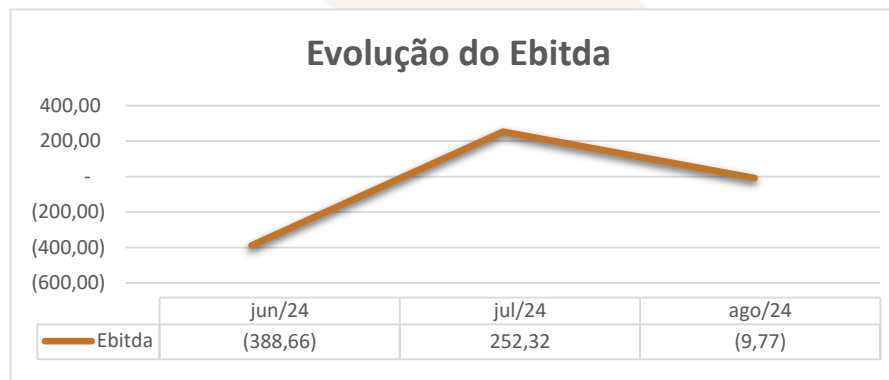


Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



EBITDA: Este índice corresponde a quantidade de recursos que a empresa gera apenas em suas atividades principais, sem contar a rentabilidade de investimentos ou descontos de impostos, desta forma, quando a empresa apresenta EBITDA positivo, significa que a vida financeira da empresa está saudável, quando o EBITDA é negativo, significa que a empresa está passando por dificuldade financeira. No caso da Devedora em análise, em agosto/24, o EBITDA apresentado foi de R\$ 9,77 mil.



O EBITDA é um indicador chave para avaliar a capacidade operacional da atividade empresarial. A redução que se denota do mês de julho para o mês de agosto, de aproximadamente R\$ 262,09 mil, se deu, principalmente, em razão da redução de 11,05% nas receitas e pelo aumento de 11,23% nas despesas operacionais.

VII. CRONOGRAMA PROCESSUAL

Data Prevista	Data da Ocorrência	Evento	Mov.	Lei nº 11.101/2005
	10/11/2023	Ajuizamento do pedido de RJ	1	-

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



	16/11/2023	Deferimento do Processamento da RJ	19	Art. 52
	23/11/2023	Termo de Compromisso da Administradora Judicial	33	Art. 33
	30/11/2023	Envio de correspondência aos Credores		Art. 22, I, a
	18/12/2023	Publicação de Edital: Deferimento do Processamento da RJ com lista de credores	87	Art. 52, § 1º
	05/02/2024 ⁴	Prazo final para apresentação das Habilitações/Divergências administrativas		Art. 7º, § 1º
	26/01/2024	Apresentação do Plano de Recuperação Judicial	103	Art. 53
	20/03/2024	Apresentação da Relação de Credores do AJ	129	Art. 7º, § 2º
	14/05/2024	Publicação do Edital: Lista de Credores do AJ	177	Art. 7º, § 2º
	24/05/2024	Prazo final para apresentação das Impugnações Judiciais		Art. 8º
	14/05/2024	Publicação do Edital: Aviso do PRJ	177	Art. 53
	13/06/2024	Prazo final para apresentação de objeções ao Plano de Recuperação Judicial		Art. 55
	30/09/2024	Publicação do Edital: Convocação AGC		Art. 36
14/11/2024		Assembleia Geral de Credores - 1ª Convocação		Art. 37
18/11/2024		Assembleia Geral de Credores - 2ª Convocação		Art. 37

⁴ Uma vez que a veiculação do edital do art. 52, §1º da lei 11.101/2005 se deu em data de 15/12/2023, consideramos como data de sua publicação o dia 08/01/2024 (retorno do expediente forense), com início do prazo em 22/01/2024.

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



02/04/2024 ⁵		Encerramento do Período de Suspensão		Art. 6º, § 4º
-------------------------	--	--------------------------------------	--	---------------

VIII. ENCERRAMENTO

Sendo o que tinha a relatar para o momento, a Administração Judicial permanece à inteira disposição deste d. Juízo, bem como de todos os interessados para prestar quaisquer outros esclarecimentos que porventura se fizerem necessários.

Maringá, 22 de outubro de 2024

AUXILIA CONSULTORES LTDA.

Henrique Cavalheiro Ricci | OAB/PR 35.939

⁵ Para o cômputo do prazo levou-se em consideração a data do deferimento do processamento da recuperação judicial, que se deu em 16/11/2023 (ev. 19). Ressalta-se, porém, que há pedido para a prorrogação do *stay period* (seq. 163), ainda pendente de deliberação pelo juízo. Em decisão saneadora de seq. 278, determinou o juízo a intimação do MP para manifestar-se acerca do pedido de prorrogação.

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



E-mail de Auxilia Consultores - Re: Cadastramento AGC Recuperação...

<https://mail.google.com/mail/u/0/?ik=b41030c07a&view=pt&search=...>



Henrique Cavalheiro Ricci <henrique@auxiliaconsultores.com.br>

Re: Cadastramento AGC Recuperação Judicial CONSTRUSERV SERVIÇOS GERAIS LTDA - Processo 0027761-31.2023.8.16.0017

1 mensagem

Henrique Cavalheiro Ricci <henrique@auxiliaconsultores.com.br>

16 de outubro de 2024 às 10:33

Para: Rafael Martins Bordinhão <rafael@guimaraesebordinhao.adv.br>, Auxilia Consultores

<contato@auxiliaconsultores.com.br>

Cc: eduardo.lipreri@cresol.com.br, michelle@guimaraesebordinhao.adv.br, Renata Paccola Mesquita

<renata@auxiliaconsultores.com.br>, João Pedro Paiao Borri <juridico2@auxiliaconsultores.com.br>

Prezado Dra. Rafael, bom dia, tudo bem?!

Como eu já havia lhe adiantado em outra oportunidade, quando finalizamos a análise do instrumento de acordo envolvendo Cresol, Construserv e codevedores, chegamos à conclusão de que ocorreu a liquidação de quarto operações em relação à Construserv, com a consequente sub-rogação dos codevedores. O instrumento de acordo ainda nos revelou que a quinta operação é garantida por alienação fiduciária, o que a exclui da recuperação judicial.

Os fundamentos que nos levaram a concluir que houve novação e que a quinta operação não é sujeita à RJ, estão detalhados na petição e no RMA apresentados no ev. 39, do incidente 0030162-03.2023.8.16.0017.

Por conta disso, salvo decisão judicial em sentido contrário, não franquearemos o acesso da cooperativa Cresol à AGC, a qual não gozará nem de direito a voto nem de direito a voz.

Na petição e no RMA acima informados requeremos a intimação da Cooperativa para que nos preste alguns esclarecimentos, incluindo eventual análise de crédito do sócio e codevedor Tiago (que não apenas passou a suportar a nova operação criada a partir da novação das 4 anteriores, como regularizou os pagamentos da operação garantida por alienação fiduciária de imóvel de sua propriedade). Isso seria importante para melhor elucidação de todas as questões lá levantadas. Levando em conta o princípio da cooperação, seríamos gratos se a Cooperativa nos prestasse, nos respectivos autos, os esclarecimentos, antes mesmo de eventual intimação.

Grato, desde já, pela compreensão e colaboração.

Abs!

Henrique Cavalheiro Ricci

OAB/PR 35.939

+ 55 44 3225-9433

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 | sala 04 | Jd. Aclimação | CEP 87050 440 |
Maringá - PR

www.auxiliaconsultores.com.br



E-mail de Auxilia Consultores - Re: Cadastramento AGC Recuperaçã... <https://mail.google.com/mail/u/0/?ik=b41030c07a&view=pt&search=...>

Em ter., 15 de out. de 2024 às 17:58, Auxilia Consultores <contato@auxiliaconsultores.com.br> escreveu:



AUXILIA
CONSULTORES

+55 44 3225-9433

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 | sala 04 | Jd. Aclimação | CEP 87050 440 |
Maringá/PR

www.auxiliaconsultores.com.br

Em sex., 11 de out. de 2024 às 08:00, Rafael Martins Bordinhão <rafael@guimaraesebordinhao.adv.br> escreveu:

Prezados Drs, bom dia.

Tendo em vista que a Assembleia Geral de Credores da Recuperação Judicial de CONSTRUSERV SERVIÇOS GERAIS LTDA (CNPJ: 02.412.787/0001-24) realizar-se-á nos dias **14/11/2024 (primeira convocação)** e em **28/11/2024 (segunda convocação)**, **sempre às 09 horas**, conforme edital anexo, **envio, na forma do art. 36, § 4º da lei 11.101/2005, documento hábil que comprova os poderes a mim outorgados pelo credor COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTO COM INTERAÇÃO SOLIDARIA TRADIÇÃO – CRESOL TRADIÇÃO (CNPJ 04.350.225/0001-29), e indico que se encontram também na Movimentação 97 (PROCURAÇÃO e ATOS CONSTITUTIVOS) do processo de Recuperação Judicial** (autos 0027761-31.2023.8.16.0017 do JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL REGIONAL DE MARINGÁ).

O representante do credor a fazer o uso do direito de voz e voto será o advogado Rafael Martins Bordinhão, OAB/PR 38.624, fone 41-98858-9382.

Solicito, ainda, seja também disponibilizado link para o representante legal do credor, Sr. Eduardo Tortora Lipreri, e-mail eduardo.lipreri@cresol.com.br, fone 49-99937-6170, o qual participará na condição de ouvinte.

Solicita-se a gentileza de confirmar o recebimento do presente e-mail.

Atenciosamente,

Rafael Martins Bordinhão

OAB PR 38624

GUIMARÃES & BORDINHAO 15 ANOS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

T. 55 41 3402.3800

Av João Gualberto 1881 | Sls 1201, 1202 e 1203

80030-001 Curitiba Paraná Brasil

guimaraesebordinhao.adv.br

